


A TERAPIA IMUNOBIOLOGICA PARA ARTRITE REUMATOIDE: EFICÁCIA, RISCOS E IMPACTO NO TRATAMENTO

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.044-009>

Bianca Correia dos Santos

Faculdade Anhanguera de Brasília – FAB. DF

Larissa dos Reis Oliveira

Faculdade Anhanguera de Brasília – FAB. DF

Fernando Ramos Martins Pombeiro

Faculdade Anhanguera de Brasília – FAB. DF

Eduardo Caldas Ribeiro

Faculdade Anhanguera de Brasília – FAB. DF

Daniela Viana Maciel

Faculdade Anhanguera de Brasília – FAB. DF

Matheus Sales Damásio de França

Faculdade Anhanguera de Brasília – FAB. DF

Larissa de Souza Araújo

Faculdade Anhanguera de Brasília – FAB. DF

Gregório Otto Bento de Oliveira

Faculdade Anhanguera de Brasília – FAB. DF

Melissa Cardoso Deuner

Faculdade Anhanguera de Brasília – FAB. DF

Andrea Gonçalves de Almeida

Faculdade Anhanguera de Brasília – FAB. DF

RESUMO

A artrite reumatoide é uma doença inflamatória crônica e autoimune que acomete principalmente mulheres entre 30 e 50 anos, levando à destruição articular progressiva e comprometimento funcional. Diante das limitações dos tratamentos convencionais, os imunobiológicos surgem como alternativa terapêutica inovadora, por atuarem de forma seletiva em alvos moleculares específicos, proporcionando melhor controle dos sintomas e melhora na qualidade de vida dos pacientes. Apesar da eficácia, esses medicamentos apresentam desafios como alto custo, efeitos adversos e necessidade de acompanhamento rigoroso. Este trabalho foi desenvolvido por meio de uma revisão bibliográfica, com abordagem qualitativa e descritiva, utilizando fontes científicas nas bases SciELO e Google Acadêmico, publicadas entre 2015 e

2024. O objetivo foi avaliar os impactos da utilização de imunobiológicos no tratamento da artrite reumatoide, considerando sua eficácia, riscos associados e implicações no contexto do sistema de saúde. A análise evidenciou que os imunobiológicos contribuem significativamente para a remissão da doença, redução de incapacidades físicas, melhora do bem-estar psicológico e reintegração social dos pacientes. No entanto, seu uso demanda políticas públicas que garantam o acesso equitativo, a sustentabilidade do SUS e a qualificação dos serviços de saúde. Concluiu-se que a adoção dessa terapia exige uma abordagem integrada entre inovação, segurança clínica e viabilidade econômica.

Palavras-chave: Biotecnologia; Farmacoterapia; Medicamentos; Tratamento; Inflamação.

1 INTRODUÇÃO

A artrite reumatoide consiste em uma doença crônica autoimune que causa inflamação nas articulações, dor intensa e até perda de função. Para os pacientes que não tiveram sucesso com as terapias convencionais os medicamentos imunobiológicos são uma alternativa inovadora e esperançosa pois seu mecanismo de ação inclui inibidores de TNF, IL-6, IL-17, e inibidores de JAK no tratamento (Santos et al., 2024).

De acordo com Finotti (s.d.), os medicamentos imunobiológicos podem ser vacinas ou anticorpos que são aplicados via subcutânea, intramuscular ou endovenosa, semanalmente ou até semestralmente. Eles são produzidos a partir de uma célula viva e possuem estrutura molecular complexa.

No entanto, como qualquer outro medicamento existem riscos, efeitos indesejáveis e outras questões como alto custo que devem ser avaliadas antes da implementação desse tratamento, principalmente devido aos diversos processos imunológicos em que os imunobiológicos atuam (Mota, 2015).

O uso de medicamentos imunobiológicos para artrite reumatoide tem sido de satisfatório para os utilizadores pois atuam de maneira mais específica, focando em moléculas que desempenham um papel crucial na inflamação, proporcionando um tratamento mais direcionado. Existe uma quantidade significativa de pacientes com doenças autoimunes na população, especificamente a artrite reumatoide, o tratamento adequado é crucial para controlar os sintomas e evitar complicações a longo prazo (Mota, 2015).

Este estudo é relevante para a população pois essa doença causa grande piora na qualidade de vida dos mesmos e é comum que os tratamentos convencionais não funcionem, os medicamentos imunobiológicos têm sido de grande impacto e de ótimos resultados para esses tipos de pacientes, fazendo-se necessário maior disseminação de informações sobre o tema.

Os medicamentos imunobiológicos, embora relativamente recentes no mercado farmacêutico e de uso mais restrito, ainda geram dúvidas quanto à sua eficácia, segurança e impacto na vida dos pacientes.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo responder à seguinte pergunta-problema: Quais são os impactos do uso de imunobiológicos no controle da artrite reumatoide, considerando a eficácia do tratamento, os efeitos adversos e a qualidade de vida dos pacientes?

O objetivo geral deste trabalho é avaliar a eficácia do tratamento com medicamentos imunobiológicos no combate à artrite reumatoide. Para alcançar esse propósito, busca-se, especificamente, identificar os principais efeitos adversos relatados por pacientes em uso desses medicamentos, analisar as diferenças entre o uso de imunobiológicos e medicamentos convencionais no tratamento da artrite reumatoide, bem como avaliar a eficácia dos imunobiológicos na redução dos sintomas da doença e na melhora da qualidade de vida dos pacientes.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 METODOLOGIA

A presente pesquisa trata-se de uma revisão bibliográfica, com abordagem qualitativa e descritiva, sobre a utilização de imunobiológicos no tratamento da artrite reumatoide. A busca pelos materiais foi realizada nas bases de dados Google Acadêmico e SciELO, reconhecidas na área da saúde por disponibilizarem amplo acervo científico. Foram selecionados artigos, dissertações e teses publicados nos últimos dez anos, entre 2015 e 2024. Os critérios de inclusão adotados foram: publicações disponíveis em português e inglês, com texto completo, que abordassem diretamente a temática dos imunobiológicos aplicados à artrite reumatoide. Como critérios de exclusão, foram desconsiderados artigos de opinião, revisões sistemáticas, resumos sem acesso ao texto completo, relatos de caso e documentos não científicos. As palavras-chave utilizadas nas buscas foram: “imunobiológicos”, “artrite reumatoide”, “eficácia” e “efeitos adversos”, além de outros descritores que se mostraram relevantes no decorrer da pesquisa.

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A artrite reumatoide (AR) é uma doença inflamatória crônica, autoimune, que compromete as articulações sinoviais, podendo evoluir com a destruição progressiva da cartilagem e do osso subjacente. Com o tempo, essa inflamação pode levar à perda funcional significativa, impactando diretamente a mobilidade e a qualidade de vida dos pacientes. Além disso, a AR tem o potencial de causar deformidades articulares e incapacidades permanentes, o que a torna uma das principais causas de incapacidade em adultos jovens. Trata-se de uma doença que afeta cerca de 1% da população mundial, com prevalência maior entre mulheres, especialmente na faixa etária de 30 a 50 anos, embora possa ocorrer em qualquer idade. A identificação precoce e o manejo adequado são essenciais para controlar a progressão da doença,

minimizar os danos articulares e melhorar a funcionalidade e a qualidade de vida dos pacientes (SBR, 2015).

Sua etiopatogenia envolve fatores genéticos, ambientais e imunológicos, os quais contribuem para a ativação anormal do sistema imune, que passa a agredir estruturas do próprio organismo. Historicamente, o tratamento da AR foi baseado em medicamentos sintomáticos, como anti-inflamatórios não esteroidais (AINES) e corticosteroides. Posteriormente, com a introdução das drogas modificadoras do curso da doença (DMARDS), como o metotrexato, observou-se maior controle dos sintomas e retardamento na progressão da enfermidade. No entanto, muitos pacientes apresentam respostas inadequadas ou desenvolvem efeitos adversos com o uso prolongado desses fármacos (Ferreira et al., 2023).

Nos últimos 20 anos, o surgimento dos imunobiológicos representou uma revolução no tratamento da artrite reumatoide (AR). Esses medicamentos são obtidos através da engenharia genética, utilizando organismos vivos para produzir proteínas específicas que modulam a resposta inflamatória. Entre esses medicamentos, destacam-se os anticorpos monoclonais e os receptores solúveis, que têm como principal vantagem a atuação altamente seletiva sobre alvos moleculares específicos.

Dentre esses alvos, os mais relevantes incluem o fator de necrose tumoral alfa (TNF- α), a interleucina-6 (IL-6) e as células B, todos envolvidos na patogênese da AR. Ao bloquear essas moléculas e células, os imunobiológicos conseguem reduzir significativamente a inflamação, controlar os sintomas e prevenir o dano articular progressivo. Além disso, seu uso tem mostrado benefícios não apenas no alívio da dor e da rigidez, mas também na melhora da função articular e na qualidade de vida dos pacientes, contribuindo para um manejo mais eficaz e individualizado da doença (Andrade et al., 2020).

Segundo estudo publicado de Andrade e col. (2020), medicamentos como infliximabe, adalimumabe e etanercepte demonstraram significativa eficácia clínica em pacientes que não respondiam ao metotrexato, melhorando não apenas os marcadores inflamatórios, mas também os escores funcionais, como o DAS28 (*Disease Activity Score*), que é uma medida amplamente utilizada para avaliar a atividade da doença em doenças reumáticas, como a artrite reumatoide. A redução desses escores está diretamente relacionada a uma diminuição dos sintomas de dor, rigidez e inchaço nas articulações, levando a uma melhora substancial na capacidade funcional dos pacientes. Além disso, houve uma melhoria na qualidade de vida percebida pelos pacientes, um aspecto cada vez mais valorizado nas abordagens terapêuticas modernas, que buscam não apenas controlar os sintomas clínicos, mas também melhorar o bem-estar geral e a capacidade do paciente de realizar suas atividades diárias. Esses achados reforçam a importância de terapias personalizadas, que considerem as necessidades específicas de cada paciente, principalmente em casos de resistência ao tratamento convencional.

O impacto positivo dos imunobiológicos, entretanto, não está isento de desafios. Um dos principais riscos associados ao seu uso é o aumento na incidência de infecções oportunistas, como tuberculose e

hepatite B, devido à supressão do sistema imune. Além disso, o uso prolongado desses medicamentos pode afetar a resposta imunológica do paciente, deixando-o mais vulnerável a infecções graves e dificultando a detecção precoce de doenças infecciosas. Esse risco de infecções pode ser ainda mais acentuado em pacientes com comorbidades ou em tratamentos concomitantes que também suprimem a função imune. Como resultado, uma abordagem cuidadosa e monitoramento constante são necessários para garantir a segurança dos pacientes em tratamento com imunobiológicos, de modo a minimizar complicações e otimizar os benefícios terapêuticos (Silva, 2019).

Dessa forma, protocolos clínicos e diretrizes do Ministério da Saúde preconizam a testagem prévia para infecções latentes antes do início do tratamento, além de acompanhamento contínuo durante sua administração. Outro ponto sensível é o custo elevado desses medicamentos, que impacta diretamente no acesso da população, especialmente em países com desigualdade de renda como o Brasil. O estudo de Moura (2018), da FGV, destaca que a política pública de saúde tem adotado estratégias como as parcerias para o desenvolvimento produtivo (PDPS), a fim de viabilizar a produção nacional de imunobiológicos, como os fabricados pelo Instituto Butantan, reduzindo a dependência de importações e os gastos públicos com a saúde.

O acesso via sistema único de saúde (SUS) também tem sido progressivamente ampliado. Desde 2013, o Ministério da Saúde incorporou diversos imunobiológicos ao componente especializado da assistência farmacêutica (CEAF), possibilitando o fornecimento gratuito desses fármacos a pacientes com indicação clínica comprovada. Conforme o protocolo clínico e diretrizes terapêuticas da artrite reumatoide do Comitê Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS, a seleção do imunobiológico deve considerar o histórico clínico do paciente, a gravidade da doença e a resposta prévia às terapias convencionais (CONITEC, 2021).

Souza (2017), ressalta que, apesar dos avanços na incorporação tecnológica, ainda existem barreiras logísticas e burocráticas que dificultam a dispensação regular desses medicamentos no sistema público. Entre elas estão a exigência de laudos complexos, avaliações periódicas de eficácia e a escassez de centros especializados em áreas remotas.

Por outro lado, o impacto positivo na qualidade de vida dos pacientes é amplamente documentado. Pacientes tratados com imunobiológicos relatam redução da dor, melhora da mobilidade, maior autonomia nas atividades diárias e retorno ao mercado de trabalho. Esses efeitos não apenas aliviam o sofrimento pessoal, como também reduzem os custos indiretos associados à doença, como aposentadorias precoces, licenças médicas frequentes e uso intensivo de serviços de saúde (Nascimento et al., 2023).

Além dos benefícios físicos e funcionais, há também uma melhora considerável no bem-estar psicológico. Muitos pacientes experimentam redução nos sintomas depressivos e maior engajamento social

após o início do tratamento com imunobiológicos, especialmente quando há acompanhamento multiprofissional integrado, como recomendado pelas diretrizes atuais de reumatologia (Andrade et al., 2020).

A longo prazo, os estudos apontam que o uso contínuo e adequado dos imunobiológicos contribui para uma remissão sustentada da doença, embora seja necessário monitoramento constante para ajustes de dose e substituições por biossimilares quando necessário. Biossimilares, inclusive, surgem como uma alternativa promissora para reduzir custos sem comprometer a eficácia terapêutica, desde que haja regulação e fiscalização adequadas por parte das agências de saúde (Moura, 2018).

Assim, a fundamentação teórica do presente trabalho evidencia que os imunobiológicos representam um avanço essencial no tratamento da AR, com impactos positivos na eficácia terapêutica, qualidade de vida e redução de sequelas da doença. No entanto, sua adoção exige uma abordagem equilibrada entre inovação tecnológica, segurança clínica, sustentabilidade econômica e equidade no acesso.

Além das questões clínicas e terapêuticas, é essencial considerar os aspectos econômicos e organizacionais que envolvem o uso de imunobiológicos no contexto da saúde pública. Segundo Oliveira et al. (2019), em estudo publicado na Value In Health Regional Issues, a incorporação desses medicamentos deve ser acompanhada por análises de custo-efetividade, que avaliem não apenas o preço direto do tratamento, mas também os impactos positivos na produtividade, na redução de internações e na menor necessidade de procedimentos invasivos. Tais dados reforçam que, embora o investimento inicial seja elevado, os benefícios em longo prazo justificam a sua adoção, especialmente em casos de artrite reumatoide refratária.

Outro ponto relevante é o papel dos Biossimilares, que têm ganhado destaque como estratégia para ampliar o acesso ao tratamento sem comprometer a qualidade terapêutica. De acordo com Mattos et al. (2017), em estudo apresentado no SINGEP, os biossimilares representam uma oportunidade concreta de sustentabilidade para o SUS, desde que sejam submetidos a processos regulatórios rigorosos e acompanhados por farmacovigilância ativa. A confiança desses produtos depende tanto da comprovação de equivalência clínica quanto da percepção de segurança por parte dos profissionais de saúde e pacientes, o que exige campanhas de esclarecimento e capacitação contínua.

Entende-se que a implementação de terapias avançadas como os imunobiológicos demanda uma estrutura de saúde preparada e equipes multidisciplinares atuando de forma integrada. O artigo de Reche e Santos (2021), publicado na revista da universidade Santa Cecília, destaca que fatores como dificuldades no acesso geográfico, falhas no agendamento de infusões e desconhecimento sobre a doença ainda comprometem a continuidade do tratamento em diversos serviços. Isso reforça a necessidade de políticas

de gestão que priorizem não apenas a aquisição dos medicamentos, mas também a qualificação dos serviços e a humanização do atendimento.

3 CONCLUSÃO

O presente trabalho alcançou o objetivo geral de avaliar a eficácia dos medicamentos imunobiológicos no tratamento da artrite reumatoide. Foi possível identificar que esses medicamentos promovem melhora significativa na redução dos sintomas e na qualidade de vida dos pacientes, além de apresentar um perfil específico de efeitos adversos que requer atenção clínica. A comparação entre imunobiológicos e tratamentos convencionais também evidenciou vantagens importantes em termos de controle da doença, reforçando a relevância desses fármacos como uma opção terapêutica fundamental para pacientes que não respondem adequadamente às terapias tradicionais.

Entretanto, a pesquisa encontrou limitações relacionadas à relativa novidade do tema, o que reflete em uma menor quantidade de estudos aprofundados e disponíveis, assim como a constante evolução das terapias biológicas. Essa limitação dificulta uma análise ainda mais detalhada e abrangente, sobretudo em relação a dados de longo prazo e a impactos econômicos em diferentes contextos de saúde. Ademais, as barreiras de acesso e os custos elevados dos imunobiológicos também representam desafios que podem interferir na generalização dos resultados observados.

Para futuras investigações, recomenda-se a realização de estudos longitudinais que acompanhem os efeitos dos imunobiológicos ao longo de períodos mais extensos, bem como pesquisas que avaliem estratégias para ampliar o acesso a esses medicamentos, incluindo o uso de biossimilares. Também seria importante explorar a integração de abordagens multidisciplinares no acompanhamento dos pacientes, considerando não apenas os aspectos clínicos, mas também os psicossociais. Dessa forma, será possível consolidar ainda mais o conhecimento sobre o papel dos imunobiológicos na gestão da artrite reumatoide e contribuir para a melhoria contínua da assistência aos pacientes.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. E. C. et al. Segurança do uso de terapias biológicas para o tratamento de artrite reumatoide e espondiloartrites. **Revista Brasileira de Reumatologia**, v. 60, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbr/a/Dh56xXPgzvDbTWPPfcBhLXN/?lang=pt>. Acesso em: 09 maio 2025.

CONITEC – COMITÊ NACIONAL DE INCORPORAÇÃO DE TECNOLOGIAS NO SUS. **Relatório de Recomendação: Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas - Artrite Reumatoide**. Brasília, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/conitec/ptbr/midias/consultas/relatorios/2021/20210623_relatorio_pcdt_artrite_reumatoide.pdf. Acesso em: 09 maio 2025.

DA SILVA SANTOS, Silas et al. Avanços na terapia com imunobiológicos para artrite reumatoide: uma revisão de literatura. **Caderno Pedagógico**, v. 21, n. 10, p. e8580-e8580, 2024. Acesso em: 24 março 2025.

FINOTTI, L. **Imunobiológicos: a revolução da reumatologia**. Disponível em: <https://www.drleandrofinotti.com.br/artigo/imunobiologicos-a-revolucao-da-reumatologia/43>. Acesso em: 14 set. 2025.

FERREIRA, C. A. et al. Imunobiológicos no tratamento da Artrite Reumatoide: panorama brasileiro. **Brazilian Journal of Health Review**, 2023. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/64080/46073>. Acesso em: 09 maio 2025.

MATTOS, A. P. F. et al. Biossimilares e a sustentabilidade do Sistema Único de Saúde: oportunidades e desafios para o Brasil. SINGEP – **Simpósio de Gestão da Inovação, Tecnologia e Empreendedorismo**, 2017. Disponível em: <https://www.singep.org.br/6singep/resultado/3.pdf>. Acesso em: 10 maio 2025.

MOTA, Licia Maria Henrique da et al. Segurança do uso de terapias biológicas para o tratamento de artrite reumatoide e espondiloartrites. **Revista brasileira de reumatologia**, v. 55, p. 281-309, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbr/a/F5j48q3stQ7Z9xWbgkCBBrz/?lang=pt>. Acesso em: 10 maio 2025.

MOURA, L. C. Biotecnologia, PDPs e o mercado de imunobiológicos no Brasil. **Fundação Getúlio Vargas**, 2018. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/>. Acesso em: 09 maio 2025.

NASCIMENTO, M. G. et al. Impacto da terapia com imunobiológicos na qualidade de vida de pacientes com AR. **Revista ReASE**, 2023. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/14627>. Acesso em: 09 maio 2025.

OLIVEIRA, A. N. et al. Economic Evaluation of Adalimumab for Rheumatoid Arthritis in Brazil: Analysis Based on a Systematic Review. **Value in Health Regional Issues**, v. 20, p. 92-97, 2019. Disponível em: [https://www.valuehealthregionalissues.com/article/S22121099\(19\)30418-2/fulltext](https://www.valuehealthregionalissues.com/article/S22121099(19)30418-2/fulltext). Acesso em: 10 maio 2025.

RECHE, A. C.; SANTOS, A. R. C. O uso de medicamentos imunobiológicos no tratamento da artrite reumatoide: uma abordagem prática no contexto do SUS. **Revista da Universidade Santa Cecília**, v. 13, n. 1, p. 85–94, 2021. Disponível em: <http://revista.unilus.edu.br/index.php/ruep/article/view/850>. Acesso em: 10 maio 2025.

SILVA, R. A. **Avaliação dos efeitos adversos dos imunobiológicos na prática clínica**. CORE.ac.uk, 2019.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE REUMATOLOGIA. Segurança do uso de terapias biológicas para o tratamento de artrite reumatoide e espondiloartrites. **Revista Brasileira de Reumatologia**, v. 55, n. 3, p. 281–310, maio/jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbr/a/F5j48q3stQ7Z9xWbgkCBBrz/>. Acesso em: 10 maio 2025.

SOUZA, V. H. O acesso aos imunobiológicos no SUS: entraves e perspectivas. **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)**, 2017.